

O Pragmatismo Reformista da Revolução

Pronunciamento do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, na abertura do I Seminário de Integração Nacional. Rio de Janeiro, 3-IV-1973

NOTA

O Brasil está procurando realizar uma experiência de desenvolvimento segundo estratégia nacional.

Estratégia nacional, sem pretensões a originalidade, mas significando: é a sociedade brasileira quem responde fundamentalmente pelo esforço, rumos e prioridades do processo; o desenvolvimento deve preservar a identidade nacional e os valores culturais e humanos da sociedade brasileira; a estratégia deve fortalecer a capacidade de implementar decisões do país, consoante o interesse nacional, no campo interno e externo.

Num mundo crescentemente multipolarizado e certamente interdependente, a capacidade de conduzir um processo de desenvolvimento segundo estratégia nacional não se assegura pelos ideologismos nem pela legislação restritiva em relação à cooperação externa, nem pelo levantamento de barreiras protecionistas, nem pelo isolacionismo econômico e político.

Tal capacidade depende, principalmente, de duas ordens de fatores. De um lado, dos fatores relacionados com o potencial econômico do país: população, território, recursos naturais. De outro lado, de fatores mais dinâmicos e atuantes, capazes de efetivar — ou não — aquele potencial: nível de renda, qualificação de recursos humanos, competência científica e tecnológica, poder de competição econômica a nível de empresa, resultados efetivos no campo econômico e social, estabilidade social e política.

Tais fatores, particularmente os da segunda categoria, definem o grau de opção e a flexibilidade de instrumentos de que dispõe o país, para reagir a acontecimentos na ordem externa, preservando a consecução dos grandes objetivos nacionais.

O Brasil, pelo desempenho dos últimos anos, realizou uma antecipação de metas, e deverá alcançar em 1973, quanto aos objetivos macroeconômicos, o que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) previa para 1974. É o que vemos do quadro seguinte:

	<i>Definições do PND — 1974</i>	<i>Metas viáveis para 1973</i>
PIB — Cr\$ bilhões de 1973	352,3	365,4
PIB — US\$ bilhões	53,6	55,6
Renda <i>per capita</i> — US\$	515	534
Produto Industrial — Cr\$ bilhões de 1973	87,5	92,1

Levando-se em conta as perspectivas do PND, que vêm sendo ultrapassadas, o Brasil deverá chegar ao fim da década com um PIB de US\$ 100 a US\$ 120 bilhões, uma população da ordem de 120 milhões de habitantes e, pois, uma renda *per capita* na faixa dos US\$ 850 a US\$ 1.000. A participação da indústria no Produto Interno Líquido (PIL) estaria em cerca de 35% e a proporção da população em áreas urbanas se aproximaria de 70%.

É viável dobrar a renda *per capita* do país ao longo da década, em comparação com um aumento de apenas 35% na década de 60.

Dentro desse processo altamente dinâmico e de profundas repercussões econômicas e sociais, é importante destacar certos aspectos da atual realidade e perspectivas brasileiras:

1) *O Brasil tem condições de continuar crescendo a 10% ao ano.*

Existe a vontade política, que mobilizou a sociedade, nos quatro cantos do território nacional, para modernizar e desenvolver o país. A estabilidade social e política está, hoje, na consciência de todas as categorias sociais, como conquista a ser preservada.

A aliança entre o Governo e o setor privado revela-se cada dia mais fecunda. A racionalidade nos critérios de tomada de decisão na área pública e na empresa, beneficia-se do aperfeiçoamento progressivo, e continuado, dos instrumentos financeiros, fiscais, cambiais.

As estruturas se modernizam rapidamente, num e noutro campo — e disso são exemplo, na área governamental, programas como o de "Corredores de Exportação" e o de Centrais de Abastecimento, que representam soluções tecnologicamente modernas para problemas como a exportação em larga escala de produtos primários e o suprimento de alimentos aos grandes centros urbanos.

No tocante às possíveis limitações ao crescimento, não é provável que a poupança e o investimento bruto fixo, alcançando taxas um pouco acima de 20% do PIB, venham a constituir limitação.

A viabilidade do balanço de pagamentos está ligada a uma expansão das exportações totais a taxas anuais superiores a 15%, com os manufaturados e produtos primários não tradicionais crescendo a mais de 20%. Isso permitirá o relativo equilíbrio da balança de comércio e um *deficit* e em conta corrente compatível com a política de endividamento externo. As exportações brasileiras, que em 1964 eram de cerca de US\$ 1,4 bilhão, alcançarão no corrente ano entre US\$ 4,5 e US\$ 5 bilhões.

2) *A economia se moderniza, principalmente em dois campos.*

De um lado, os dois grandes investimentos governamentais — ou financiados pelo setor público —, nas áreas de Infra-estrutura e de Indústrias Básicas. No período 1973/1974, serão efetuados os seguintes programas de investimentos:

Cr\$ milhões de 1973

Energia	24.000
Transporte	20.000
Comunicações	3.900
Siderurgia	6.000
Indústria Química	4.500
Construção Naval	3.200
Indústria Mecânica e Elétrica	6.700
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.200

De outro lado, o da atuação dos poderosos incentivos fiscais e financeiros já estabelecidos para permitir, em ampla escala, a modernização da empresa privada, nos campos de tecnologia, "management" e estrutura financeira. Tal sistema de incentivos, que se destina, inclusive, a viabilizar a fusão de empresas em indústrias tradicionais, funciona junto ao BNDE e outros mecanismos de fomento.

3) *Não é mais possível falar em "dois Brasis", no dualismo simplista com que, até recentemente, se procurou caracterizar o país.*

O Brasil oferece a imagem composta de ampla diversidade regional, em que para cada região se procura configurar um pólo macroeconômico de considerável densidade econômica. A integração nacional, que implica em integração física e econômica, significa intenso fluxo de fatores de produção e de bens e serviços entre os

quatro grandes pólos — Sul; triângulo São Paulo—Rio—Belo Horizonte; Nordeste; Transamazônica/Centro-Oeste. Alcançando a multipolarização econômica, estar-se-á a caminho do relativo equilíbrio entre as regiões, configurando o mercado nacional integrado que seja a contrapartida da profunda unidade política e espiritual que no Brasil independente sempre existiu.

O Governo federal aplicará no desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, no biênio 73/74, Cr\$ 20 bilhões (preços de 1973), incluindo incentivos fiscais e transferências para os Estados da região.

Na batalha de gigantes que é esse esforço de integração nacional, destacam-se a construção de gigantesco anel rodoviário na Amazônia — hoje região de alta rarefação econômica, correspondendo a 42% do território nacional, com apenas 3,8% da população e 2% do produto nacional —, representado pela Transamazônica e Perimetral Norte, numa extensão total de cerca de 11.000 km; os programas de transformação da agricultura tradicional do Nordeste (PROTERRA, PROVALE); e o fortalecimento do pólo industrial do Nordeste, inclusive para atender parte do mercado da Amazônia.

4) *O Brasil tem condições de levar às últimas conseqüências o objetivo da sociedade sem privilégios e sem preconceitos e do acesso do homem comum a oportunidades e à renda nacional.*

No campo da distribuição de renda, o Governo do Presidente Médici está adotando estratégia objetivando simultaneamente, elevar o nível de renda e melhorar a sua distribuição, assim como abrir aos indivíduos de renda baixa a possibilidade de acesso a níveis mais elevados de renda e escala social.

Tal estratégia atua através de fatores como:

a) O aumento do salário indireto, pelos investimentos em Educação, Saúde-Saneamento, Habitação, Nutrição.

No biênio 1973/1974, o país aplicará Cr\$ 100 bilhões em desenvolvimento social (os setores acima, mais previdência social).

O sistema escolar brasileiro conta, este ano, com cerca de 25 milhões de estudantes (mais que a população total do Canadá, por exemplo).

A ampliação de oportunidades pode ser avaliada, por exemplo, de que recente levantamento na Universidade de São Paulo, a maior do país, revelou serem cerca de 45% dos alunos provenientes de pais analfabetos ou com curso primário incompleto.

O efeito redistributivista da política educacional ressalta da observação de que o setor público financia cerca de 90% das matrículas de nível primário, 60/70% das de nível médio e 70% das de nível superior.

Ao lado disso, o MOBRAF permitirá reduzir o total de analfabetos, na faixa de 15/35 anos, de 8 milhões em 1970 para 2 milhões em 1974. O analfabetismo estará virtualmente erradicado no Brasil, até o fim da década. Nessa época deverá estar praticamente universalizado o ensino de 1.º grau (primário e ginasial — taxa de escolarização de 95%).

Pela melhoria das condições de saúde, a expectativa de vida do brasileiro estará então na ordem de 65 a 66 anos, comparável à situação atual de muitas áreas desenvolvidas.

b) Os novos fundos de integração social criados, como o PIS e o PASEP. Tais fundos, inteiramente financiados pela empresa e pelo Governo, beneficiam apenas o trabalhador, pela formação de um patrimônio que irá suplementar a aposentadoria ou pensão familiar. Terão importante efeito quantitativo como reforço à participação do trabalho na renda nacional.

c) A elevação do salário real que tem sido constante nos últimos quatro anos e que continuará ao longo da década. Em 1972, a folha de salários na indústria de transformação, pelo aumento do emprego e do salário real, cresceu de 26%, para uma elevação do custo de vida da ordem de 14/15%.

d) A política de dividir os ganhos de produtividade entre o produtor e o consumidor, através da política de preços, nos produtos de consumo de massa, industriais e agrícolas. Isso reduz gradativamente o preço real de tais produtos, sobre os quais não mais incidem impostos federais, e permite a criação progressiva do mercado de massa.

e) Eliminação da "pobreza relativa" (ou seja, os 30% correspondentes à faixa de renda mais baixa), principalmente no Nordeste, através do PROTERRA, do PIN, do PROVALE e da política de incentivos fiscais.

Em síntese, a estratégia em curso objetiva, na década, um aumento de 100% na renda média dos brasileiros, com nítida tendência a que todas as categorias se beneficiem de amplo aumento da renda real, embora algumas em maior proporção que outras. A economia estará fortalecida, os resultados do progresso estarão amplamente disseminados, e a abertura de oportunidades substancialmente ampliada.

No tocante à criação de uma sociedade aberta e sem privilégios, não hesitamos em dizer que, dentro da América Latina e em áreas subdesenvolvidas em geral, poucos países têm as condições efetivas de que dispõe o Brasil para, dentro do quadro democrático, realizar reformas sociais profundas a prazo médio.

Essas condições especiais do Brasil decorrem dos seguintes principais fatores, que explicam a filosofia e a prática do atual sistema de Governo: desvinculação de interesses de grupos — regionais, econômicos ou políticos; pragmatismo e imaginação, ao lado de capacidade executiva na execução de programas de grande efeito social; confiança da opinião pública, pelo fato de ser sua filosofia marcadamente influenciada pelas posições sociais da classe média urbana e pelo distanciamento ideológico em relação a posições extremistas.

Em consequência dessa posição pragmaticamente reformista e de abertura social da Revolução, como acaba de reafirmar o Presidente Médici, no pronunciamento sobre o 9.º aniversário da Revolução, é possível antever o importante salto qualitativo que deverá experimentar, no próximo estágio, o Brasil, em consequência dos efeitos cumulativos dos fatores de transformação econômica e social que já estão operando. Fatores como: o efeito conjugado da industrialização e da urbanização aceleradas; a injeção, no meio social, de maciças doses de nova tecnologia; o impacto da educação em grande escala; a abertura de novas fronteiras econômicas dentro do país; as reformas institucionais, econômicas e sociais, aprovadas a partir de 1964, inclusive com extensão da previdência social ao campo e com o programa de redistribuição de terras no Nordeste; os novos instrumentos de integração social, tipo PIS; o salto experimentado nos Transportes e nas Comunicações; a maior integração do país na economia internacional.

5) *A integração do setor externo na estratégia nacional de desenvolvimento.*

Havendo alcançado, em 1972, um *superavit* de balanço de pagamentos de US\$ 2,4 bilhões e um nível de reservas superior a US\$ 4 bilhões, o Brasil representa, hoje, um mercado da ordem de US\$ 50 bilhões, e certamente um dos que mais crescem, no mundo. Tem sido crescente o influxo de investimentos diretos estrangeiros e de capital externo.

Na integração maior com a economia internacional, o país utiliza estratégia econômica externa objetivando ser capaz de crescer mais rapidamente, com particular ênfase na conquista de mercados externos; e dispor de maior capacidade de manobra em face de

ocorrências no sistema econômico internacional, para realizar os seus objetivos econômicos internos.

No tocante à empresa estrangeira, é sabido que a legislação brasileira não adota tratamento restritivo ou discriminatório. Mas há idéia nítida de que o capital externo se ajusta à estratégia nacional, desempenhando papel em que se destacam os seguintes pontos:

1) Contribuição significativa quanto à tecnologia, orientando-se preferencialmente para os campos em que haja necessidade de aporte de tecnologia mais refinada.

2) Participação no esforço de expansão das exportações, particularmente quanto ao objetivo de dar maior sofisticação à estrutura de nossas exportações de manufaturados. O Brasil já está, hoje, exportando equipamentos agrícolas, rodoviários e hidroelétricos; máquinas-ferramenta; navios, ônibus, caminhões, automóveis; componentes sofisticados de inúmeros bens de consumo duráveis e bens de capital; relógios e instrumentos de precisão. Vamos passar, agora, a dar ênfase à exportação de equipamentos eletrônicos (inclusive computadores de grande porte montados no Brasil), equipamentos sob encomenda, conjuntos integrados de equipamentos.

Essa contribuição às exportações, como já vem ocorrendo, deve fazer-se também para o mundo desenvolvido, e não apenas para a América Latina.

3) Contribuição à política de pesquisa tecnológica, com alocação de orçamento próprio de pesquisa às subsidiárias no país.

4) Compatibilidade com a política de fortalecimento da empresa nacional, que dispõe de mecanismos próprios, principalmente financeiros, para assegurar-lhe participação considerada satisfatória na economia nacional. Essa compatibilização implica em evitar atitudes de imediatismo exportador ou imediatismo de expansão do produto, se prejudiciais à estrutura do setor privado nacional.

Para integrar a empresa estrangeira na estratégia nacional de desenvolvimento, o país não usa legislação restritiva. Utiliza instrumentos de política econômica, fiscais e financeiros — incentivos e desincentivos —, que afetam a rentabilidade dos projetos, mas de forma consistente com as regras do jogo do regime de mercado.

* * *

No espaço de menos de uma década, o Brasil, para a opinião internacional, deixou de ser vagamente o país continental do café,

do futebol e do carnaval, para afirmar a sua capacidade de realizar importante experiência de desenvolvimento e transformação.

Não que haja nada errado com o café, o carnaval e o futebol. Estes dois últimos constituem manifestações válidas de um tipo de sociedade. A sociedade que aqui se está procurando construir deseja o crescimento e, em geral, o bem-estar material. Mas quer, de outro lado, preservar as manifestações espontâneas de um povo dotado de alegria de viver, imaginação criadora, capacidade de improvisação e de busca pragmática de soluções ainda não tentadas.

Manifestações essas que, representando abertura para a inovação, podem ajustar-se espontaneamente à disciplina da organização de estruturas, mesmo quanto à organização maior — a organização nacional — quando a motivação existe.

E para a tarefa primeira, a tarefa de construção, no Brasil, da sociedade aberta e desenvolvida, está o país mobilizado.

“São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos e assim, com a força de tratar com pessoas honestas e virtuosas, se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também a força de ler os livros se aprende a doutrina que lhes ensinam. Forma-se o espírito, nutre-se a alma com bons pensamentos e o coração vem por fim a experimentar um prazer tão agradável, que não há nada que se o compare e só o sabe avaliar quem chegar a ter a fortuna de o possuir.”

PADRE A. VIEIRA